

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

37º CONGRESSO DO ANDES – SINDICATO NACIONAL

DELEGADA: ISABELLE MARIA JACQUELINE MEUNIER, Professora do Departamento de Ciência Florestal da UFRPE, vice-presidenta da ADUFERPE, Gestão 2017 – 2019.

PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO: 22 a 27 de janeiro de 2018, na Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Salvador, BA.

PERÍODO DE VIAGEM: 21 a 28 de janeiro de 2018.

O 37º Congresso teve como tema *Em defesa da educação pública e dos direitos da classe trabalhadora – 100 anos da Reforma Universitária de Córdoba*, contando com, segundo informações do ANDES, 415 delegados(as) e 122 observadores(as), representando 82 seções sindicais. Vê-se, por esses números, tratar-se de oportunidade ímpar de observar e participar de reflexões sobre questões importantes e de apreciar os embates entre diferentes correntes políticas e linhas de pensamento.

O tema do Congresso foi pertinente e relevante, permitindo o resgate de parte da história universitária na América Latina e do próprio movimento docente, assim como o material produzido, integrante do Caderno de Texto, possibilitou antever alguns temas chaves no debate atual.

Após a abertura, a Plenária I transcorreu como principal cenário de embates, no qual, mais do que a defesa de teses e ideias, claramente se delimitam espaços políticos. Após inúmeras intervenções, foi aprovada a chamada “centralidade da luta”, cujo texto havia sido construído e defendido pela Direção do Sindicato: *Fortalecer a unidade de ação com setores dispostos a barrar e revogar as contrarreformas. Construir lutas e greve do funcionalismo público federal, estadual e municipal em defesa da educação e dos serviços públicos e da garantia de direitos, rumo a uma nova greve geral. Fora Temer. Nenhum direito a menos.*

Aparentemente, seria difícil identificar, no seio do movimento docente, conflitos ou desacordos com o descrito no parágrafo anterior: defesa da educação pública, união na ação com setores progressistas contra os retrocessos representados pelo governo Temer, unidade dos servidores públicos, tendo a greve como principal instrumento de luta. Os debates acalorados, no entanto, foram muito mais focados nas entrelinhas e subtextos do que na mensagem consensual de união e luta.

Exemplo das diferentes concepções de “união e luta” evidenciou-se na apresentação – e mesmo na votação - de moções de repúdio ao julgamento do recurso do ex-presidente Lula, que se deu no mesmo período do Congresso. Uma das moções, assinada por mais de 500 professores e intitulada *Eleição sem Lula é fraude: em defesa da democracia e do direito de Lula a se candidatar* denunciava o julgamento do recurso pela 4ª Turma do TRF como um jogo de cartas marcadas, dando continuidade ao golpe desfechado em

2016. Contra ela, a Diretoria do Sindicato apresentou uma *Moção sobre o julgamento de Lula no TRF4*, adaptada de uma nota já divulgada, questionando a *seletividade da justiça* no julgamento de Lula e um outro grupo apresentou a moção *Não é tarefa da classe trabalhadora defender Lula*. Estavam aí colocadas as três diferentes principais linhas de pensamento e posições políticas, prontas a alimentar o debate durante os próximos dias.

Na sessão de abertura foram distribuídos aos presentes o Caderno 28 do ANDES-SN com o tema "Neoliberalismo e Política de C&T no Brasil. Um balanço crítico (1995-2016)" e a 61ª edição da Revista Universidade e Sociedade, com o tema "Desmonte da Educação Pública - os ataques às universidades estaduais e aos colégios de aplicação". Também entre os bons materiais apresentados no Congresso estiveram dois vídeos-documentários, veiculados ao longo do evento, produzidos pelo Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, Questões Étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual.

Nos dias 23 e 24 ocorreram os trabalhos no Grupos Mistos, sendo o dia 23 inteiramente dedicado às avaliações dos Textos de Referência relativos ao Tema II (Políticas Sociais e Plano Geral de Lutas) e, dia 24, aos Temas III (Plano de Luta dos Setores) e IV (Questões organizativas e financeiras). Integrei o Grupo Misto 10, que tinha como planejamento inicial analisar 26 TRs no dia 23, e pela manhã conseguiu discutir apenas um. À tarde, mais uns TRs foram discutidos, com interesses polarizados entre 3 ou 4 integrantes do grupo, enquanto os demais observavam e votavam com um certo alheamento.

Pareceu-me que o sistema de distribuição dos congressistas aos grupos leva, frequentemente, à situação de uma pessoa não poder contribuir na discussão de um TR de particular interesse ou sobre o qual tenha previamente aprofundado seus estudos, daí o aparente desinteresse da maioria. Também ficou patente o protagonismo da Diretoria no Grupo, atuando diretamente como Mesa auxiliar e induzindo resultados das votações por meio de indicações de supressão, não necessariamente pelo conteúdo, mas pela origem dos TR. Isto ficou evidente quando uma professora, representante da Diretoria, propôs acréscimos a um TR da Diretoria, para incorporar um item que seria contemplado mais adiante, em um TR para o qual ela, antecipadamente anunciou que iria pedir supressão. Este fato evidenciou que os TR passam por análise estratégica anterior, por parte da Diretoria do Sindicato, e a aprovação, rejeição ou supressão são, na verdade, manobras políticas mais do que resultados de avaliação de mérito e pertinência.

Alguns TRs suscitaram discussões interessantes, mas a regra geral foi de aprovações burocráticas ou de defesa de grupos minoritários das recomendações de supressão. O importante das reuniões foi observar as táticas de ataque e defesa dos grupos, às vezes até agressivas. Como a maioria dos TRs não foi discutida no Grupo Misto 10, a percepção geral dos temas a serem tratados em plenária ficou um pouco prejudicada, mesmo tendo lido antecipadamente a maioria dos textos de apoio e de resolução.

Os dois dias de discussão em Grupos Mistos valeram mais pelos comentários *a posteriori*, com membros da delegação e outros colegas, relatando a condução das discussões nos diferentes grupos, do que pelo conteúdo dos temas discutidos. Para alguns colegas, em comentários “de corredores”, as discussões se resumiam a definir se e como o Andes participaria da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), o que, realmente ensejou discussões que foram levadas à plenária. Também ficou evidente a dificuldade em unir forças de reação aos inúmeros ataques sofridos pelas instituições públicas de Educação, Ciência e Tecnologia por existirem sérias discordâncias com a SBPC, por exemplo, por compreendê-la defensora do Marco da Ciência e Tecnologia, objeto de forte rejeição por parte da Diretoria do sindicato e de congressistas que usaram a palavra, no grupo e em plenária.

Sobre as discussões no Grupos Mistos, há mais uma observação a ser feita: parece haver posições hegemônicas previamente construídas nos Grupos de Trabalho, que são levadas aos Grupos Mistos com elevado poder de convencimento, não necessariamente por se apoiarem em bons textos de apoio, mas por haver compreensão e convicção das pessoas que ajudaram a elaborar. Também é possível identificar os delegados costumados, cujas posições são por demais conhecidas e, se não são maioria, têm forte poder de agregação e argumentação.

Algumas temáticas, em plenária, nos dias 25, 26 e 27 de janeiro, catalisaram atenções e interesses, como a proposta de proporcionalidade na constituição da Diretoria que, embora francamente minoritária, parece despertar algumas paixões, assim como houve um claro embate em torno da defesa da filiação do Andes a CSP-Conlutas, fomentado pela proposta de fazer um “balanço” desta filiação. A filiação à CSP-Conlutas parece ser uma questão central da Diretoria, como forma de mostrar a rejeição à “conciliação de classe” representada por qualquer outra central de trabalhadores. A repetição deste discurso reflete a insistente afirmação de uma formulação teórica que busca explicar e (des)qualificar os últimos anos de governo do Partido dos Trabalhadores, aliada à autoproclamação do Andes como sindicato classista, socialista e revolucionário.

O fato de ser um congresso eleitoral, no qual se deu a formação e inscrição de chapas para a próxima eleição da Diretoria do Andes, em maio, deve ter contribuído para acirrar as discussões e oportunizar falas radicais e inconsequentes, como dizer que o ex-reitor da UFSC, falecido, tenha sido “pego com a boca na botija”. Afinal, deu-se a inscrição de duas chapas, uma representando o atual arranjo de forças que detém o poder na diretoria do Andes, e outra, de oposição, denominada Renova Andes, e foi escolhida a Comissão Eleitoral.

Alguns eixos centrais podem ser identificados como norteadores das ações do sindicato, exemplificados na “Carta de Salvador”, divulgada em 2 de fevereiro, que destaca a necessidade *do aprofundamento da luta contra medidas que atacam os(as) trabalhadores(as), tais como: a PEC 287/16 da contrarreforma da previdência, lastreada em números forjados sobre o falacioso déficit da previdência social; a MP 805/17 e suas*

correlatas no plano dos estados, que aumentam a contribuição previdenciária de 11 para 14%; o PL 116/17, que estabelece regras para a demissão de servidor(a) público(a) estável por "insuficiência de desempenho"; a MP 792/,17 que trata de desligamento voluntário de servidores(as) públicos(as) além de fortalecer os espaços de lutas como CSP-Conlutas; FONASEFE, CNESF e outras organizações.

Muitas avaliações que possam ser feitas do Congresso dizem respeito aos seus desdobramentos, ou seja, como serão conduzidas as deliberações. Observa-se que algumas delas dependem de ações das Seções Sindicais, algumas vezes complexas, cuja recomendação vem se repetindo desde congressos passados, merecendo se refletir a respeito das condições objetivas de as seções arcarem com essas tarefas. As deliberações podem ser encontradas, detalhadas, no Relatório Final do 37º Congresso do Andes – SN, entre as páginas 148 e 170.

Se, por um lado, a realização do Congresso denotou muita dedicação e compromisso da Diretoria, merecendo por isso todo respeito e admiração, por outro lado penso que faltaram oportunidades de aprofundamento de discussões e de convivência entre colegas de profissão, resultado da programação mal dimensionada e, em parte, das instalações físicas inadequadas e oferta precária de serviços. Apesar da extrema simpatia dos anfitriões, não houve estrutura adequada para a alimentação dos congressistas e mesmo os sanitários eram insuficientes e mal instalados.

Não há dúvidas que é uma grande realização e, ao mesmo tempo, um desafio constante, realizar congressos anuais para definir linhas de ação de um grande sindicato, como o Andes. Não sei se isto acontece em outro sindicato e com essas dimensões. Por outro lado, é um enorme dispêndio de recursos e energia para conseguir alguns consensos óbvios e neutralizar conflitos pela necessária rapidez de discussões. A grandeza do Andes parece exigir melhor comunicação entre as Seções Sindicais e mais dinamismo das Regionais, para que as discussões possam realmente envolver as representações de todo Brasil e, mais difícil ainda, a diversificada e plural base sindical. Por outro lado, os trabalhos nos Grupos Mistos permitiram intuir que há, efetivamente, um acúmulo de conhecimentos, advindo dos Grupos de Trabalho ou outras estratégias de articulação, estratégias essas que nunca presenciei chegar até a base, na Aduferpe, nos 34 anos em que sou associada.